



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LAYSE DORACI CARNEIRO DA SILVA

**ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS
INTERGOVERNAMENTAIS DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS**

**JOÃO PESSOA
2017**

LAYSE DORACI CARNEIRO DA SILVA

**ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS
INTERGOVERNAMENTAIS DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (CTCC) do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de bacharel em ciências contábeis.

Orientadora Prof.^a Ma.: Carla Janaina Ferreira Nobre

JOÃO PESSOA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C289a Carneiro da Silva, Layse Doraci Carneiro da Silva.

Análise da dependência das transferências intergovernamentais dos municípios paraibanos / Layse Doraci Carneiro da Silva Carneiro da Silva. – João Pessoa, 2017.
39f.

Orientador(a): Profª Esp. Carla Janaina Ferreira Nobre.
Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Federalismo fiscal. 2. transferências intergovernamentais. 3. receitas.
I. Título.

UFPB/CCSA/BS


CDU:657(043.2)

LAYSE DORACI CARNEIRO DA SILVA

**ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS
INTERGOVERNAMENTAIS DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA


Presidente: Professora Ma. Carla Janaina Ferreira Nobre
Instituição: UFPB


Membro: Professor Dr. Dimas Barreto de Queiroz
Instituição: UFPB


Membro: Professor Ms. Filipe Coelho de Lima Duarte
Instituição: UFPB

João Pessoa, 24 de maio de 2016.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pai, por todas as oportunidades, por todo acorlar e pela força que me concede. Por ser meu refugio e fortaleza, e por me preencher com seu amor, me conceder os desejos do meu coração. E a Nossa Senhora por interceder por mim junto ao pai.

Em seguida, agradeço aos meus pais, Lúcia e Marcone pelas oportunidades dadas ao longo da vida que me trouxeram até aqui, pelos sacrifícios feitos em meu prol do meu bem, em especial a minha mãe por sua grande dedicação e exemplo de esforço, que todos os dias me motiva e apoia, razão das minhas batalhas, me acalenta de forma doce e suave, afastando meus medos, merecedora de toda a minha gratidão.

À todos meus familiares, por todo carinho que me foi passado, bem como todos desejos de sucesso para comigo.

Ao meu namorado Wesley, por toda paciência, e doçura com que me incentiva, por torcer pelo meu êxito, e por não medir esforços para me auxiliar sempre que preciso, bem como sua família, toda a minha gratidão.

Aos meus colegas de curso, pelos quatro anos compartilhados, pelas alegrias e apoio proporcionados.

A minha orientadora Prof^a. Ma. Carla Janaina, por toda paciência e cuidado, por contribuir com este trabalho, me direcionar, e também por em sala de aula ser motivação para seus alunos.

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 promoveu a descentralização e deu autonomia aos municípios, promoveu critérios de partilha com a finalidade de fortalecer o federalismo fiscal. Esta também regeu o sistema de transferências intergovernamentais. Esse sistema tem como objetivo corrigir desigualdades entre os entes federados, nos quais as receitas próprias não satisfazem as necessidades do ente, de modo que essas transferências são executadas do nível mais alto de governo para o mais baixo, onde o governo federal repassa recursos aos Estados e Municípios. Dessa forma o estudo teve como objetivo analisar o nível de dependência dos municípios paraibanos quanto as transferências intergovernamentais no ano de 2016. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, a análise se deu por meio da observância dos indicadores nível de dependência das transferências e volume das transferências, em relação à amostra populacional, onde foram utilizadas informações referentes às receitas correntes. Com o resultado verificou-se que os municípios menores são os mais dependentes de transferências, assim confirmando a literatura em que se baseou o estudo.

Palavras Chave: Federalismo fiscal, transferências intergovernamentais, receitas.

ABSTRACT

The Federal Constitution of 1988 promoted the decentralization and give autonomy to the counties, promoted measure of sharing with the purpose of strengthen the fiscal federalism. This Constitution also ruled the system of intergovernmental transfers. This system has the objective to correct inequalities between federated entities, where own resources don't satisfy the necessities of the regional government, so this transfers are done of the high government to the more low level of government, where the federal government pass on the resources of the states and counties. In this way this study has the objective to analyze the level of dependence in the counties of Paraíba of intergovernmental transfers at the year of 2016. This is an exploratory and describe study, the analyses occurred through observance indicators of level of dependence transfers and parcel of transfers, in a relation of population of counties. With the result verified that little municipalities been the more dependents of this transfers, so this confirm the literature that this study has come.

Keywords: Fiscal federalism, intergovernmental transfers, revenues.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 1.1 Tema e Problema de Pesquisa..... | 10 |
| 1.2 Objetivos | 10 |
| 1.1.1 Objetivo Geral | 9 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos..... | 9 |
| 1.3 Justificativa | 11 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 13 |
| 2.1 Teoria do federalismo fiscal | 13 |
| 2.2 Receitas Públicas no Brasil..... | 16 |
| 2.2.1 Receitas Correntes | 15 |
| 2.2.2 Receita de Capital..... | 16 |
| 2.3 Transferências de Recursos Governamentais..... | 18 |
| 2.4 Estudos Anteriores | 21 |
| 3 METODOLOGIA | 23 |
| 3.1 Classificação da pesquisa..... | 23 |
| 3.2 Base de Dados..... | 23 |
| 3.4 Descrição dos Indicadores | 24 |
| 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS..... | 26 |
| 4.1 Análise Descritiva | 26 |
| 4.2 Análise por grupo de tamanho por município..... | 27 |
| 4.3 Análise dos Índices..... | 28 |
| 4.3.2 Nível de dependência de transferências | 28 |
| 4.3.3 Volume de transferências | 29 |
| 5 CONCLUSÃO | 32 |
| REFERÊNCIAS | 34 |
| APÊNDICE | 37 |
| Apêndice A: Quadro Comparativo, índices: população, receita per capita, nível de dependência das transferências e volume das transferências..... | 37 |

1 INTRODUÇÃO

O federalismo brasileiro consiste na relação entre os estados e o governo federal, promovendo aos municípios independência na arrecadação de receitas. No entanto, os municípios são o menor ente da federação, de modo que são poucas atribuições de arrecadação dos mesmos, o que dificulta sua capacidade de cumprir com suas obrigações, os tornando dependentes das transferências.

As transferências intergovernamentais conceituam-se como “a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente ao outro, e podem ser voluntárias e destinadas a cooperação, auxílio ou assistência ou por determinação constitucional ou legal.” (BRASIL, 2007, p.57).

Essas transferências originaram-se na Constituição de 1946 e foram regidas a partir da Constituição de 1988, onde esta estabeleceu os critérios de partilha para promover, o federalismo fiscal implantado em 1889 (com a instituição da Proclamação da República ‘Federativa’ do Brasil), e que tinha por objetivo estabelecer uma ordem federativa e de divisão de poderes e competências (STN, 2012).

A Constituição de 1988 também deu certa autonomia aos municípios, acredita-se que o município pode cumprir com suas obrigações para com a comunidade, no entanto, se faz necessário analisar suas relações financeiras.

De acordo com Giroldo e Kempfer (2012) ao promover o município à condição de ente federativo, a Carta Magna de 1988 também garantiu autonomias administrativas ao mesmo, de cunho política e financeira necessárias para o desempenho de suas funções sem a intervenção dos demais membros. Porém, a distribuição de impostos no regime federalista brasileiro não é suficiente para prover recursos municipais no objetivo de equilibrar os orçamentos.

Diante da insuficiência de recursos próprios surge o sistema de transferências intergovernamentais, Moratta (2015) explica essa sistemática como sendo uma repartição tributária entre as entidades em que tem como princípio a equalização fiscal e a subsidiariedade, possibilitando o acesso aos serviços públicos de forma homogênea para todos os cidadãos. Dessa forma é possível que as esferas de governo inferiores consigam equilibrar seu orçamento.

As transferências federais foram designadas também como forma de reduzir as disparidades econômicas entre os estados e, principalmente, os municípios brasileiros, é o caso das transferências obrigatórias, segundo Fiorentino (2010), às transferências obrigatórias tem o propósito de reduzir desigualdades e promover o equilíbrio socioeconômico entre os entes da Federação. Dessa forma, parte das receitas federais, provenientes de arrecadação tributária, por exemplo, é repassada aos Estados, Distrito Federal e Municípios, tal que eles possuam recursos financeiros que sejam suficientes para arcar com suas despesas.

Tais transferências intergovernamentais podem ser visualizadas conforme a teoria do federalismo fiscal. Segundo Moisés Filho (2012, p. 13) “O federalismo fiscal desenhado pela Constituição Federal de 1988 fortaleceu o sistema de transferências intergovernamentais com o objetivo de completar as arrecadações dos entes subnacionais e corrigir desequilíbrios”.

Esse sistema de transferências de recursos no sistema federado se faz fundamental para que se alcance a diminuição de disparidades econômicas regionais, através de um esforço conjunto por parte da União, Estados e Municípios, essas transferências auxiliam na diminuição de desigualdades regionais, no pagamento das emendas parlamentares, celebração de convênios e outros ajustes correlatos. (Nunes, 2014).

1.1 Tema e Problema de Pesquisa

Esta pesquisa tem como foco analisar a gestão pública, verificando as receitas públicas, as transferências intergovernamentais e sua relação de dependência, nos 223 municípios paraibanos, no ano de 2016.

Diante deste cenário, surge o questionamento: Qual o nível de dependências das transferências intergovernamentais dos municípios paraibanos?

1.2 Objetivos

Neste item serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos pretendidos com a elaboração deste trabalho.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o nível de dependência das transferências intergovernamentais dos municípios paraibanos em 2016.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Averiguar a relação de dependência das transferências intergovernamentais dos municípios paraibanos através do índice de nível de dependência das transferências;
- b) Medir o volume *per capita* de transferências intergovernamentais dos municípios paraibanos;
- c) Analisar a relação de dependência municipal às transferências intergovernamentais de acordo com o índice de receita *per capita* dos municípios.

1.3 Justificativa

Em um Estado Federado, formado pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal, é crucial a autonomia financeira de seus membros, assistidos pelo federalismo fiscal, este explicado por Pamplona (2009), como um conjunto das normas referente à competência tributária, às transferências intergovernamentais e à distribuição intergovernamental da despesa pública entre as entidades subnacionais.

No entanto, as divisões de competências do regime federalista instituídas pela Constituição Federal não atendem plenamente as necessidades de todos os níveis de governo, como afirmam Giroldo e Kempfer (2012) a federação brasileira ainda não se assenta de forma igualitária entre todos os níveis de governo, o Município se encontra dependente dos demais entes, em razão de sua hipossuficiência econômica.

Por meio de estudos empíricos realizados por Moisés Filho (2012) e Tristão (2003) fica evidenciado essa dependência de transferências intergovernamentais por parte dos municípios, dando-se pela insuficiência na arrecadação das receitas

municipais em detrimento da provisão aos gastos necessários para satisfazer as demandas públicas municipais.

Estas transferências objetivam as reduções de desigualdades e tornam-se fundamentais como afirmam Giroldo e Kempfer (2012, p.15) “Tal repasse financeiro vem se tornando cada vez mais vital para a ‘saúde econômica’ dos Municípios, e sua finalidade tem se transmutado para ‘socorro’ ou auxílio político às bases eleitorais”.

Diante disto esta pesquisa vem a analisar as finanças públicas evidenciando a capacidade municipal de geração de receitas próprias ao mesmo tempo analisando sua dependência para com as transferências intergovernamentais, levando conhecimento, tanto a comunidade acadêmica como a sociedade, permitindo analisar a eficiência da gestão pública nos quesitos citados.

A relevância desta pesquisa se dá, pelo fortalecimento da contabilidade na administração pública a qual tem ligação direta com a sociedade.

Os resultados de reconhecimento de dependência orçamentária às transferências por parte dos municípios podem contribuir em um novo arranjo de políticas públicas, de modo que impulse uma melhor alocação de recursos públicos.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para novas pesquisas acerca dos municípios sobre diversas áreas de conhecimento, e em decorrência, amplie a oferta de referenciais quanto o objeto deste estudo.

Além disto, esta pesquisa foi delimitada aos municípios paraibanos, assim contribui para reflexão na área pesquisada defronte ao meio em que se realiza.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria do federalismo fiscal

O federalismo consiste em um sistema político onde os vários estados são associados a uma federação, em uma estrutura de governo descentralizada. Segundo Barbosa et al (1998) um regime federalista tem como característica básica a predileção por uma estrutura de governo a mais descentralizada possível, onde seja capaz de internalizar todas externalidades econômicas que existam na produção de bens e serviços públicos. No entanto existem variadas formas de federalismo, consoante o arranjo institucional que estabelece o tipo de relacionamento entre os membros da federação na deliberação das políticas geridas pelo governo central.

A dimensão política do federalismo elenca três principais modelos de regimes federalistas: federalismo econômico, cooperativo e democrático. Conforme Inman (1997) esses três modelos de federalismo diferem na especificação da representação do governo central: no modelo de federalismo econômico um presidente eleito denominado “planejador central” decide as políticas do governo central, no regime federalista cooperativo, as políticas do governo central são consentidas de forma unânime pelos representantes eleitos de cada membro da federação e no federalismo democrático a maioria simples dos representantes eleitos pelos cidadãos acordam as políticas do governo central.

O federalismo fiscal parte da dimensão econômica do federalismo. Brião (2006, p. 16) conceitua o federalismo fiscal como “a divisão dos encargos e responsabilidades entre os níveis de governo, de um lado e à divisão das receitas que cada ente federado obtém” Segundo Carvalho (2011) define-se a teoria do federalismo fiscal como uma federação que se estrutura entre seus entes federados de modo a obter uma melhor arrecadação de recursos e dessa forma prover uma melhor oferta de seus bens demandados pela população. O federalismo fiscal busca uma harmonia econômica na divisão de incumbências governamentais nos diferentes níveis de governo.

De acordo com Silva (2005) a utilização do federalismo fiscal demanda distribuição de competências institucionais fiscais por entre os diferentes níveis de governo, onde cada um, autonomamente, possa construir desenhos institucionais com capacidade de disciplinar os processos de contribuição e gestão tributária,

transferências fiscais, composição e dimensão da despesa, na medida de suas atribuições e capacidade de financiamento.

A teoria do federalismo fiscal é voltada para o estudo da distribuição de competências fiscais entre diferentes âmbitos de governo, no que se refere a receitas e despesas. Conforme diz Fiorentino (2010) o federalismo fiscal é o relacionamento das esferas de governo do ponto de vista da obtenção de recursos. O federalismo fiscal trata das competências tributárias de entes federativos, dentro de um país. No entanto, o objeto do federalismo fiscal não se restringe à aplicação dos recursos públicos, mas se alonga às atribuições intergovernamentais relacionadas às políticas de distribuição de renda e estabilização macroeconômica. O federalismo fiscal possui três funções fiscais: alocação, distribuição, e estabilização.

A função alocação fica a cargo de cada ente federado de acordo com suas vantagens, afirma Diniz (2012) que essa função está voltada para a produção de bens e serviços públicos, principalmente quando os mercados competitivos privados não são capazes de oferecê-los eficientemente.

Brião (2006) enfatiza a função distributiva como um meio para que o setor público corrija as falhas de mercado na distribuição de recursos, através, principalmente da implantação de tributos progressivos, onde a alíquota do tributo aumenta à medida que aumenta a renda do contribuinte. Sendo esta responsabilidade do governo central compartilhada, principalmente com os governos estaduais.

A função estabilização é de competência do governo central, onde sua atuação ocorre por meio da política fiscal, segundo Carvalho (2011) é fundamental que os governos regionais tenham controle sobre sua política fiscal. No entanto, é de grande importância que o governo federal monitore essas políticas regionais, uma vez que uma concorrência muito forte entre os entes federados pode danificar a economia interna e estagnar o crescimento de algumas regiões, dessa forma abalaria o crescimento do país como um todo.

No contexto da alocação surge o sistema de descentralização fiscal do governo, conforme Diniz (2012) os argumentos teóricos defendem que os níveis de descentralização de governo estão em meios de determinar os níveis de produção de bens, de acordo com as preferências locais e os custos.

Segundo Silva (2005) o exercício das três funções fiscais pode ser realizado por três formas de organização política:

- I- A plena centralização política, condiz com a forma unitária de governo, onde as funções fiscais são exercidas unicamente pelo governo central;
- II- A absoluta descentralização, modelo em que os governos locais exercem as competências fiscais;
- III- Forma federativa, onde competências centralizadas e descentralizadas são combinadas em um modelo no qual, responsabilidades fiscais são compartilhadas entre os diferentes níveis de governo e suas correspondentes unidades federativas.

O federalismo fiscal brasileiro tem como característica as enormes disparidades regionais, um problema para o federalismo fiscal, causando falta de equidade ao sistema tributário vigente.

Outra característica do federalismo fiscal do Brasil é sua descentralização, instituído pela Constituição de 1988, conforme Carvalho (2011, p. 53) “A Constituição de 1988 e a reforma fiscal 1988/89 deram grande autonomia aos Estados e Municípios”. Diante disto a distribuição tributária passou a ser feita através de transferências intergovernamentais, onde essas são utilizadas para diminuir problemas de externalidades e de disparidade de renda e desenvolvimento (ARVATE, BIDERMAN, 2004).

O federalismo foi crucial para a descentralização política, econômica e administrativa do Brasil, e esta pôde dar destaque aos Municípios, onde esses legislam a fim de atender o interesse local. De acordo com Santos e Santos (2014) essas atribuições ocasionaram o aumento das despesas municipais que em sua maior parte, são financiadas pelas transferências intergovernamentais.

Considerando que a finalidade do Estado é atender às demandas da sociedade e atender o bem geral, é fundamental que os entes públicos arrecadem recursos financeiros para custear os gastos que serão investidos no desenvolvimento do Estado e no bem-estar da população. Dessa forma é necessária a arrecadação das receitas públicas.

2.2 Receitas Públicas no Brasil

Dada à necessidade de arrecadação de recursos financeiros o Manual de Procedimentos das Receitas Públicas da Secretaria do Tesouro Nacional (2004) conceitua as receitas públicas como ingressos de caráter não devolutivo obtidas pelo poder público em qualquer âmbito de governo de forma a serem alocadas para cobrir as despesas públicas. Podem ser entendidas de forma genérica como ganhos da entidade pública conseguidos através das arrecadações.

Deste modo pode-se concluir que as receitas são o resultado da arrecadação de recursos financeiros para os cofres públicos de forma a custear a despesa pública e os investimentos públicos.

As receitas municipais conforme Soares et al (2014) são formadas através da arrecadação de tributos (receitas próprias) e os repasses por parte da União e do Estado (receitas de transferências).

No entanto as receitas municipais encontram dificuldades em sua provisão, como identifica Soares et al (2014) a arrecadação e aplicação das receitas públicas tornam-se desafios à gestão das finanças públicas municipais, consoante a meta de atender ao desenvolvimento local, dado o aumento das demandas da sociedade.

Esse fato ocorre devido à disparidade entre os municípios, onde os municípios menores tem baixa arrecadação tributária própria, essas diferenças se dão devido a “não superação, na atual partilha de competências político-administrativas, das crônicas indefinições e superposições de atribuições” Barroso (2000, p. 109). Assim, de maneira geral os municípios maiores, por receberem mais arrecadações próprias se desenvolvem mais quanto suas competências.

Tristão (2003) em seu estudo sobre a administração tributária dos municípios brasileiros constatou que os municípios no ano 2000, obtiveram uma receita total de R\$ 78,9 bilhões, sendo R\$14,7 bilhões resultantes da base tributária própria, e os outros R\$ 51,1 bilhões resultantes de transferências correntes por parte da União e dos Estados, dessa forma fica evidenciado que as receitas próprias não são suficientes para arcar com os custos municipais, e as transferências intergovernamentais se tornam um pilar nas finanças públicas municipais.

A receita pode ser dividida quanto sua categoria econômica: Receita Corrente e Receita de Capital.

2.2.1 Receitas Correntes

De acordo com o Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2014) as receitas correntes são aquelas arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentando as disponibilidades financeiras do Estado, de forma geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido, assim constituindo recursos para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com perspectivas de satisfazer as finalidades públicas.

A Lei 4320/64 em seu §1º do seu art. 11 conceitua as receitas correntes:

As receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

Dentre estas receitas correntes que formam as receitas municipais, a receita tributária própria é arrecada com tributos municipais. É desta arrecadação de tributos que provém às receitas correntes.

2.2.2 Receita de Capital

Segundo a Receita Pública- Manual de Procedimentos (2014) As receitas de capital os ingressos de recursos financeiros derivados de atividades operacionais ou não operacionais com destinação para despesas operacionais, correntes ou de capital, visando o alcance dos objetivos traçados nos programas e ações de governo. São receitas derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos e/ou alienação de componentes do ativo permanente, constituindo-se em meios para atingir a finalidade fundamental do órgão ou entidade, ou mesmo, atividades não operacionais visando estímulo às atividades operacionais do ente.

As receitas de capital se dividem em: operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital, e outras receitas de capital.

2.3 Transferências de Recursos Governamentais

As transferências intergovernamentais são um mecanismo proveniente da repartição tributária entre os entes federativos, conforme o Manual de contabilidade aplicada ao setor público (2014) essas transferências englobam a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (transferidor) a outro (beneficiário, ou recebedor). Podendo ser voluntárias, e assim destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação constitucional ou legal. Essas transferências ocorrem entre esferas distintas de governo, não guardando relação, portanto, com as operações intraorçamentárias ocorridas no âmbito do orçamento de cada ente.

Essas transferências vem a beneficiar a gestão pública, como afirma Diniz (2012) essas transferências compõe um instrumento que, se bem definido, torna-se favorável a eficiência nos gastos dos recursos públicos.

As transferências intergovernamentais podem ser usadas para proporcionar o planejamento regional, do qual seus impactos podem gerar benefícios em áreas que envolvem diversos níveis de governo (TRISTÃO, 2003). Esse sistema de transferências de acordo com as literaturas vem a ajudar entes governamentais no provimento de recursos entre diferentes níveis de governo, e ajudar em sua governança.

Conforme Mendes (2005) as transferências intergovernamentais podem ser classificadas das seguintes formas:

Condicionais ou incondicionais, transferências condicionais são aqueles que a aplicação do recurso é destinado pelo doador, já as incondicionais não tem destinação certa de aplicação por parte do doador.

Com ou sem contrapartida, transferências condicionais são classificadas com contrapartida se o montante doado é proporcional ao montante aplicado pelo receptor no gasto previamente destinado.

Limitada ou ilimitada, limitas são as transferências em que o doador estabelece um valor máximo para a transferência.

Conforme Moratta (2015) O chefe do governo Executivo do ente federativo não pode utilizar os recursos das transferências de forma discricionária, pois a grande maioria está vinculada a determinadas aplicações, tais como na área da Saúde e Educação e para as quais estão previstas sanções, caso não sejam

executadas. A Lei de Responsabilidade Fiscal e legislação complementar têm diversos dispositivos de sanção, entre os quais o crime de responsabilidade para o dirigente público.

Uma característica do sistema de transferências brasileiro segundo Tristão (2003) é que esse sistema no Brasil tem um fluxo vertical para baixo dos recursos. Ou seja, a transferência ocorre do governo federal aos Estados e Municípios, do contrário não ocorre, Estados e Municípios não transferem para o governo Federal.

Foi detalhada na Constituição a repartição de receitas da União com Estados e Municípios através do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ao total, a União deve transferir obrigatoriamente 47% do que arrecada com o Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o FPE e o FPM. Esta distribuição tem como objetivo diminuir as disparidades regionais. Além disso, os Estados também devem transferir, de forma obrigatória, 25% da arrecadação com o ICMS para os Municípios (Moisés Filho, 2012).

Segundo Moratta (2015) de forma empírica, há conjectura de que os municípios pequenos têm problemas de arrecadação na área tributária, dessa forma dependem dos recursos provenientes das transferências intergovernamentais para ofertar os serviços e bens públicos à população local.

Essas transferências tem grande importância na distribuição igualitária de recursos, conforme Moisés Filho (2012) o desequilíbrio causado por brechas horizontais e verticais pode levar a existência de serviços públicos de níveis diferenciados entre os governos subnacionais ou uma desigualdade nos encargos tributários estabelecidos aos cidadãos das diversas camadas de governo, caso busque-se conservar um padrão uniforme dos serviços públicos prestados a todos os entes. Dessa forma as transferências intergovernamentais têm o objetivo de garantir a equidade na federação.

De acordo com Diniz (2012) verifica-se uma centralização na oferta de bens e serviços ao encargo dos governos subnacionais. Desta forma o governo central dispõe de muitos recursos financeiros, enquanto os governos subnacionais possuem mais responsabilidades na oferta de serviços e bens a população com recursos próprios, sendo estes quase sempre insuficientes. Esse descompasso entre a arrecadação de recursos e a necessidade de gastos públicos provoca o que a literatura denomina de *vertical fiscal gap* (lacuna fiscal vertical). Ainda de acordo

com o autor esse termo refere-se à ideia de que o grau de descentralização das responsabilidades das despesas é maior do que o das receitas. Uma das formas de preencher essa lacuna é por meio de transferências intergovernamentais.

A promoção da equidade é um dos objetivos desse sistema de transferências como afirma Veloso (2008) os principais propósitos das transferências são a diminuição dos desequilíbrios fiscais e a coordenação dos entes subnacionais para o desenvolvimento de políticas do governo nacional.

Moratta (2015) em seu estudo sobre a participação das transferências intergovernamentais no crescimento econômico dos municípios do estado de Santa Catarina verificou que as transferências intergovernamentais são fontes de receita de grande importância para os municípios. Em poucos casos a porcentagem de dependência é inferior a 50%, mostrando que esses recursos são indispensáveis para os governos municipais.

No entanto, esses sistemas podem afetar a gestão de forma negativa como afirma Veloso (2008) os sistemas de transferências intergovernamentais podem gerar externalidades, essas afetam o comportamento dos governos beneficiários, podendo resultar em efeitos contrários a gestão da eficiência pública.

Quanto a esse impacto negativo se dá de forma que os governantes podem preferir não utilizar eficientemente sua base tributária, mas utilizar-se dos recursos que chegam de níveis superiores de governo. Alencar e Gobetti (2008) elucidam que quanto maior a arrecadação dada aos governos locais pelo governo federal há uma maior tendência de ocorrer o problema de “irresponsabilidade fiscal” por parte dos governos subnacionais. Desta forma, todo ato de tributar contribuiria sendo um “ônus”, enquanto o ato de gastar um “bônus” sob a forma de dividendos político-eleitorais aos governantes.

Outro efeito negativo que pode ser consequência das transferências intergovernamentais é o efeito *flypaper*, esse efeito compara o resultado de mudanças nas rendas pessoais sobre os gastos públicos locais, indica um aumento nas despesas públicas ao invés de diminuir os gastos à população, como a redução dos impostos. Rios e da Costa (2005) explicam que o efeito *flypaper* tem relação com o impacto das despesas públicas locais estimulado pelas transferências intergovernamentais do tipo *lump-sum* (FPM, FPE, IOF-OURO, etc). Significa que o dinheiro das transferências tende a “colar onde cai”, ou seja, é utilizado para

aumentar as despesas públicas em vez de ser devolvido aos eleitores através de uma redução de impostos.

Ainda conforme Rios e da Costa (2005) o efeito *flypaper* reflete o conceito de que montante transferido para um governo tende a “fixar-se” no setor público, ou seja, uma unidade monetária adicional da transferência *lump-sum* tem um efeito maior na despesa do governo municipal do que um aumento de uma unidade monetária no rendimento dos cidadãos.

2.4 Estudos Anteriores

Abaixo, segue uma relação de estudos anteriores sobre o tema, de modo a embasar a análise realizada no presente estudo.

Santos e Santos (2014) buscaram analisar qual o nível de dependência dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) nos municípios do Sul da Bahia, percebeu-se através dos resultados que os municípios menos dependentes possuem uma atividade econômica fortalecida, principalmente nos setores da indústria, serviços essenciais e turismo, essas atividades proporcionam aos municípios um incremento na receita através de impostos, no entanto municípios pequenos em que a principal atividade econômica é a agricultura são mais dependentes desses repasses, e isso se dá por sua fraca arrecadação de tributos próprios, visto a sua principal atividade econômica ser de cunho familiar.

A pesquisa de Moisés Filho (2012) teve como objetivo verificar a influência das transferências intergovernamentais no esforço tributário dos Municípios do Estado de Goiás nos anos de 2000 a 2009, utilizando-se a relação entre receita tributária e produto interno bruto municipais. Através da análise de correlação o estudo observou significativa relação entre as variáveis esforço tributário e transferências correntes, e que a variável de dependência municipal das transferências correntes possui grande força. Constatou-se também que apesar de os pequenos municípios receberem grande volume de transferências, estes evoluíram mais no esforço tributário em relação aos maiores.

Oliveira (2015) buscou analisar a relação das transferências intergovernamentais no esforço da arrecadação de tributos no Município de Goiânia nos anos de 2009 a 2013, a autora pôde concluir que a maior fonte de arrecadação de receita no município foram às transferências intergovernamentais, e que este

volume de transferências recebidas influencia de forma negativa e significativa no esforço tributário do município.

O estudo de Veloso (2008) buscou analisar aspectos de eficiência do sistema de transferências intergovernamentais no Brasil, com foco no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sob a hipótese de que o financiamento municipal por meio das transferências fiscais tende a gerar um comportamento *free rider* pelos governos recebedores, isto significa um comportamento em que um ou mais agentes acabam usufruindo de um determinado benefício proveniente de um bem, sem que o beneficiário contribua para a obtenção do mesmo. Os resultados demonstram grandes disparidades econômicas e tributárias entre as grandes regiões, o que é relevante para o estudo, os municípios médios apresentam maiores esforços para arrecadar tributos, onde estes são pouco afetados pelo FPM, já os maiores por terem uma base tributária mais complexa tem menor esforço tributário, e não dependem do FPM, os menores são mais dependentes do FPM, de forma que esta transferência gera um desincentivo fiscal o qual causa um menor esforço tributário, constatando-se que a hipótese apresentada é comprovada apenas para os pequenos municípios.

Moratta (2015) analisou o papel desempenhado pelas transferências governamentais na receita pública e sua participação no crescimento econômico dos municípios. A resolução deste estudo aponta para a existência de uma fraca relação entre dependência das transferências intergovernamentais e o crescimento dos municípios, deste modo demonstra ser um fator que não influencia no crescimento econômico dos municípios, e apesar dessa relação fraca entre esses fatores avaliados, as transferências são essenciais para a manutenção econômica dos municípios.

Consoante os estudos citados, pode-se visualizar que as respostas aos estudos foram encontradas, e esses estudos levam em consideração as peculiaridades de cada localidade. As pesquisas tiveram como foco a análise de transferências intergovernamentais a unidades subnacionais, verificando sua dependência e sua influência nestes, tema este tratado no presente estudo, desta forma fica claro que este é um tema significativamente explorado.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Este estudo é identificado como pesquisa exploratória, descritiva, explicativa. Para Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa exploratória vem a facilitar a delimitação do tema da pesquisa, orientar a fixação dos objetivos e a definição das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Já a pesquisa descritiva objetiva a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, sem interferir nos dados observados.

Sendo a pesquisa explicativa aquela que busca identificar fatores que determinam ou contribuem para ocorrência de fatores analisados, esta pesquisa também se encaixa neste método.

Para fonte de informação utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica como meio informacional, sendo base para a construção da fundamentação teórica sobre o tema estudado em livros, artigos científicos e legislação pública e documental por meio do levantamento de dados junto aos sites que disponibilizam as informações públicas que foram necessárias ao desenvolvimento do trabalho como dados reais do município.

Quanto à abordagem do problema, caracteriza-se de cunho quantitativo e qualitativo. Quantitativo pois, utilizou a aplicação da quantificação na coleta dos dados por meio de dados estatísticos tais como: índices de estrutura (nível de dependência das transferências e volume das transferências) e a análise das médias.

3.2 Base de Dados

Para a realização do estudo, foram utilizados para a pesquisa os municípios do estado da Paraíba, onde se realiza o presente trabalho, estes totalizam 223 municípios, no entanto, para esta pesquisa só foram utilizados 196, devido à falta de informação acerca de 27 municípios.

A falta de dados sobre estes 27 municípios se dá, pelo atraso das respectivas prefeituras em divulgar os mesmos, no entanto, estas prefeituras encontram-se dentro do prazo de divulgação, visto que esses dados foram recolhidos no início do mês de abril, com o objetivo de atingir as datas previstas para elaboração do trabalho, e o prazo para divulgação destes dados segue até o mês de maio.

Os dados acerca das receitas municipais foram obtidos através do sítio eletrônico do Tesouro Nacional, na base de dados Finanças do Brasil, Receita e Despesa dos Municípios – FINBRA, que traz informações sobre a execução orçamentária dos municípios brasileiros.

As análises foram feitas no período de 2016, e os cálculos foram efetuados utilizando-se do editor de planilha eletrônica Microsoft Excel.

3.3 Tratamento dos Dados

Para a análise dos dados, os municípios foram agrupados de acordo com seu tamanho populacional conforme dados colhidos no site do Tesouro Nacional como mostra o quadro a seguir:

Quadro 1: Divisão de municípios por população

| Grupos | População |
|---------|-----------------------------------|
| Grupo 1 | De 1.000 até 15.000 habitantes |
| Grupo 2 | De 15.001 até 30.000 habitantes |
| Grupo 3 | De 30.001 até 50.000 habitantes |
| Grupo 4 | De 50.001 até 100.000 habitantes |
| Grupo 5 | De 100.001 até 800.000 habitantes |

Fonte: Finbra- Secretaria do Tesouro Nacional (2016)

Para o estudo foram utilizados os dados dos municípios referentes à amostra populacional destes, e diante dessa amostra os municípios foram divididos em cinco grupos como mostra o quadro 2.

Para a formação dos indicadores foram examinados além da população, as receitas correntes totais de cada município e as transferências correntes, estas encontradas no anexo 3 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida da base de dados do FINBRA.

3.4 Descrição dos Indicadores

De forma a responder o objetivo geral e os específicos foram estudados três indicadores: receita *per capita*, nível de dependência das transferências, e volume das transferências. Apresentados a seguir:

- Receita *per capita*: este índice representa o quanto há de receitas para cada indivíduo do município, é obtido através da fórmula:

Receita Corrente

Nº de habitantes do município

- Nível de dependência das transferências: esse indicador tem intenção de mensurar o grau de dependência que o município possui de transferências correntes, desta forma é obtido através da fórmula:

Transferências Correntes

Receitas Correntes

- Volume de transferências *per capita*: esse índice determina a quantidade de transferências que são recebidas por habitante, para isto é obtido por meio da fórmula:

Transferências Correntes

Nº de habitantes do município

Para o estudo desses indicadores foram obtidos as médias desses três indicadores, o qual nos permite analisar a situação individual dos municípios perante a estimativa do todo, de forma que analisou-se quem mais se aproxima e quem mais se afasta da média e as variáveis que podem influenciar neste fato, como a renda ou a amostra populacional.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As análises foram feitas para os municípios do Estado da Paraíba, o qual possui um total de 223 Municípios, e sua população é de 3.999.415 habitantes, de acordo com a população estimado pelo IBGE (2016).

O menor município, em termos populacionais é o de São José do Brejo do Cruz com 1.780 habitantes, já o maior é a capital paraibana João Pessoa com 791.438 habitantes, de acordo com o site do FINBRA (2016), dessa forma demonstra uma diferença de mais de 700.000 habitantes de um para o outro.

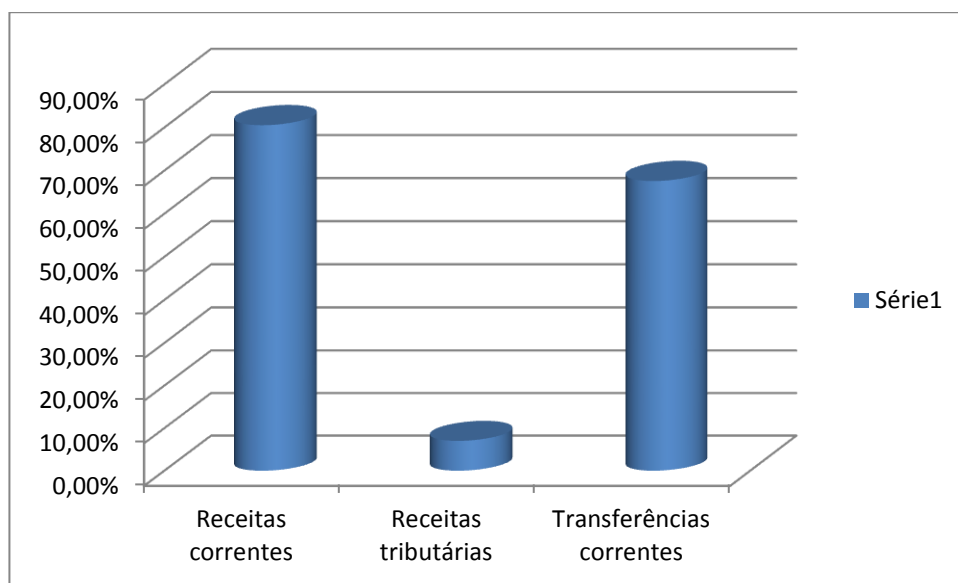
No entanto dos 223 municípios paraibanos, 27 foram retirados por não conter dados suficientes das variáveis em análise, totalizando uma amostra de 196 municípios.

A partir dos dados encontrados foi realizada a análise como forma de chegar ao objetivo proposto.

4.1 Análise Descritiva

Para obter uma visão geral das finanças nos Municípios paraibanos, são apresentados o percentual dos principais valores totais que compõem as receitas correntes dos Municípios no ano de 2016.

Gráfico 1- Composição das receitas correntes



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

No gráfico 1 tem-se um comparativo entre as transferências correntes totais e as receitas tributárias totais sob a receita orçamentária, onde a receita corrente, as receitas tributárias e as transferências correntes foram divididas individualmente pela receita orçamentária total.

Desse modo pode-se verificar que a participação destas na composição da receita orçamentária total é de: 80,54% de receitas correntes sob a receita orçamentária total, 7,02% de receitas tributárias sobre a receita orçamentária total e as transferências correntes correspondem a 67,59% da receita orçamentária total.

4.2 Análise por grupo de tamanho por município

Devido à diversidade de Municípios, para uma melhor identificação das características da arrecadação municipal, a análise foi feita por grupos de tamanho populacional de acordo com dados recolhidos no site do FINBRA.

Tabela 1- Quantidade de Municípios e população por grupos de tamanhos de Municípios

| Grupos | Tamanho da População | Quantidade de Municípios | População |
|---------------|-----------------------------|---------------------------------|------------------|
| Grupo 1 | De 1.000 até 15.000 | 144 | 928.338 |
| Grupo 2 | De 15.001 até 30.000 | 36 | 725.050 |
| Grupo 3 | De 30.001 até 50.000 | 7 | 249.950 |
| Grupo 4 | De 50.001 até 100.000 | 6 | 402.407 |
| Grupo 5 | De 100.001 até 800.000 | 3 | 1.331.450 |
| Total | | 196 | 3.637.195 |

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

É possível notar que o grupo 5 contém o maior índice populacional, apesar de obter apenas três municípios, no entanto esses três são os maiores municípios do estado contando com a capital paraibana João Pessoa, dessa forma este grupo detém 73,46% da população total do estado. Já o grupo 1 possui a maior quantidade de municípios, porém por serem pequenas prefeituras não obtém o maior índice populacional mas detém 25,52% do total da população, enquanto os outros três grupos representam 37,87% do total.

4.3 Análise dos Índices

As avaliações deste estudo foram feitas através de uma análise estatística, comparando a média obtida dos indicadores propostos ao alcance dos municípios a esta. Para isto foram observadas as médias, o desvio-padrão, o mínimo e o máximo das análises conforme tabela:

Tabela 2- Estatísticas Descritivas

| Estatística | População | Rec. <i>Per capita</i>¹ | NDT² | Vol. De transf.³ |
|--------------------|------------------|---|------------------------|------------------------------------|
| Média | 18.557 | 2.928 | 1 | 2.768 |
| Desvio-Padrão | 64096,47 | 1109,984468 | 0,05523 | 1185,577349 |
| Observações | 196 | 196 | 196 | 196 |
| Mínimo | 1.780 | 1.285,88 | 0,687701 | 854,2119499 |
| Máximo | 791.438 | 6.750 | 1 | 8.151 |

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

4.3.1 Receita *per capita*

Dos municípios analisados em relação a este índice a maioria dos municípios não se afasta muito da média, principalmente os municípios encontrados no grupo 1 (entre 1.000 habitantes e 15.000), neste grupo também muitos municípios conseguiram superar a média. O município que ficou com valor máximo acima da média foi Riacho de Santo Antônio onde este obteve o valor *per capita* de R\$ 6.750,38, sendo este o 7º menor município, seu valor ultrapassou quase três vezes o valor da média visto que esta é R\$2.928.

O município de Natuba foi o que mais ficou abaixo da média, com R\$ 1.285,88 de receita *per capita*, o valor da média deste índice o supera em quase três vezes mais, este município também se encontra no 1º grupo, mas em relação a Riacho de Santo Antônio possui muito mais que o triplo de sua população, apesar disso é possível notar que a maioria dos municípios que ultrapassaram a média encontram-se no grupo 1, os 30 menores municípios obtiveram rendas *per capita* entre R\$ 4.000,00 e R\$ 6.750,00, já a sua população, não ultrapassa os 4.000 habitantes, enquanto os maiores municípios populacionais localizados nos grupos 3,

¹ Receita *per capita*

² Nível de dependência das transferências

³ Volume de transferências

4, e 5 em sua maioria não atingiram a média, como a capital João Pessoa que obteve uma receita *per capita* de R\$ 2.518,81.

Diante disso é possível perceber o que os menores municípios obtiveram maiores receitas *per capita*. Isso se dá justamente por possuírem um menor contingente populacional e assim possuírem uma baixa arrecadação tributária, dessa forma recebem mais transferências correntes e essas incidem nas receitas dos municípios.

4.3.2 Nível de dependência de transferências

Ao analisar o nível de dependência de transferências obtido pela diferença entre as transferências correntes e as receitas correntes observa-se que a maioria dos municípios ficaram a baixo da média, mas não se distanciam desta, apenas três municípios obtiveram o valor da média, sendo este o maior valor, ambos os municípios fazem parte do grupo 1, são eles: Catingueira, Santana de Mangueira, Igaracy. A população destes vai de 4.000 a 6.200 habitantes e sua renda *per capita* vai de R\$ 2.500 a R\$ 3.200 desta forma verifica-se uma maior dependência por parte de pequenas prefeituras, dado que os municípios que mais se distanciam são os maiores como Cabedelo que demonstrou o menor nível de dependência 0,687701, estando este no grupo 4 (entre 50.001 até 100.00 habitantes) a capital paraibana João Pessoa, e o maior município populacional, também obteve um baixo nível de dependência 0,69993324, apesar da sua renda *per capita* ficar abaixo da média, e sua receita corrente ser uma das maiores.

Desta forma é notável que os menores municípios são mais dependentes das transferências, conforme estudos anteriores os municípios menores tem menos capacidade de arrecadação tributária, visto que sua principal fonte de renda são as atividades de cunho familiar, como a agricultura como é possível observar no estudo feito por Santos e Santos (2014) onde observou-se que os municípios menos dependentes possuem atividades econômicas fortalecidas, e o os mais dependentes possuem uma fraca atividade econômica.

A agricultura na Paraíba é uma das principais bases econômicas, de acordo com Silva (2010), ainda segundo o autor a Paraíba no ranking nordestino de produção de cana-de-açúcar ocupa o terceiro lugar.

No entanto, em lugares mais secos como o sertão, esse cultivo é prejudicado devido as fortes estiagens. Dessa forma, fica explicado que os menores municípios são mais carentes de recursos, por não conseguirem suprir suas necessidades devido a uma atividade econômica fraca.

Outro ponto que pode ocasionar essa dependência é o tamanho da população, de forma que os municípios com os menores índices populacionais obtém menos arrecadação própria por parte dos tributos.

4.3.3 Volume de transferências

Neste indicador podemos avaliar a porção de transferências para cada município, foi possível observar que os municípios que mais recebem transferências pertencem ao município de Emas, localizado no grupo 1 da distribuição, seu valor é de R\$ 8.151,41. Já o valor mínimo pertence ao município de Mari, encontrado no grupo 2 (15.001 até 30.000 habitantes), seu valor é de R\$ 854,21, este município tem um total de 21.755 habitantes, ao mesmo que Emas possui um total 3.485 habitantes a diferença populacional desses municípios é de mais de 18.000 habitantes. Dessa forma fica observado que a maioria dos municípios que ultrapassam a média pertencem ao grupo 1, em que estão os menores municípios, já os outros grupos como o 3, 4, e 5 não alcançam a média, estes contendo os maiores municípios. Dentre os 196 municípios 54 ultrapassam a média de R\$ 2.768 ficando entre R\$ 3.000 e R\$8.200, todos estes pertencentes ao grupo 1. Dessa forma observa-se que os municípios que mais recebem transferências são os municípios menores.

Assim como o índice anterior é possível observar que os municípios menores, cuja atividade econômica é mais fraca e afetada por variáveis incontrolláveis como os fatores climáticos, são mais dependentes das transferências intergovernamentais

Já os municípios maiores tem como atividade econômica a indústria e serviços, conforme Silva (2010) na Paraíba existem três aglomerados de indústrias. O primeiro é formado por indústrias das cidades de João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Lucena e Conde. Destacando-se as indústrias de alimento, a têxtil, a de construção civil e a de cimento. O segundo aglomerado industrial pertence a cidade de Campina Grande, o terceiro aglomerado é composto pelas

idades de Patos, Cajazeiras, São Bento e Souza, onde se destacam as indústrias têxteis e de confecções.

Segundo Francisco (2017) o setor de serviços é responsável pela maior arrecadação de receitas no Estado. O turismo também é um dos elementos que sustentam esse setor da economia. João Pessoa, capital do estado, apresenta uma ótima estrutura hoteleira.

Diante disso é verificado que os municípios maiores são menos dependentes das transferências intergovernamentais devido a sua capacidade econômica ser maior, e mais forte quando comparado aos municípios pequenos. Visto que esses tem como principal fonte de renda a agricultura, deste modo possuem fraca arrecadação tributária própria.

5 CONCLUSÃO

O trabalho teve como objetivo analisar o nível de transferências intergovernamentais dos municípios paraibanos em 2016. Para isso, foram utilizadas informações sobre receitas correntes, transferências correntes, e amostra populacional.

De modo a atingir os objetivos propostos, verificou-se através da análise descritiva, a composição das receitas correntes municipais no tocante as transferências intergovernamentais, bem como seu nível de dependência quanto a estas, e o volume e a quantidade destas por habitante.

Consoante o primeiro objetivo pôde ser visualizado uma relação de dependência dos municípios por parte das transferências intergovernamentais, onde esta compõe a maior parte de sua receita corrente ocupando o espaço de 83,93% do total, enquanto as receitas tributárias ocupam apenas 8,71% do todo. Essa dependência é representada pelos municípios menores, os quais são maiores alvos dos repasses.

Em relação ao volume de transferências, demonstrou-se um grande volume de transferência em especial para os municípios menores, onde o maior número representa mais do que duas vezes o valor da média, já os municípios menores não atingem a média, mostrando uma menor dependência.

Essa dependência por parte das menores prefeituras é explicada por sua insuficiência na geração de recursos próprios, ocasionada por fatores como uma atividade econômica fraca, e o baixo contingente populacional fatores que influenciam diretamente na arrecadação própria de modo a enfraquecê-la.

Conforme o terceiro objetivo onde este vem a analisar a relação da receita *per capita* com as transferências intergovernamentais. Como já visto anteriormente os municípios menores são os maiores dependentes das transferências intergovernamentais, dado suas disparidades com os municípios maiores, onde este possuem maior capacidade de arrecadação por contarem com atividades econômicas fortalecidas e um alto contingente populacional o que contribui para a arrecadação tributária própria. Deste modo, as receitas *per capita* maiores também vem a ser dos menores municípios, tendo em vista que as receitas são composta em 83,93% das transferências correntes.

Como sugestão para estudos futuros, podem ser estudadas as tipologias de transferências que mais afetam determinados municípios, como transferências de ICMS e do FPM, considerando a necessidade de um estudo mais profundo sobre o tema.

Uma das limitações do estudo foi a falta de dados acerca de 27 municípios, onde não consta no site do Finbra, nenhum dado sobre, devido o atraso destas prefeituras em sua divulgação.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A. A.; GOBETTI, S. W. Justiça fiscal na federação brasileira: uma análise do sistema de transferências intergovernamentais entre 2000 e 2007. Tópicos Especiais de Finanças Públicas. (2008).

ARVATE, P. R.; BIDERMAN, C. Economia do Setor Público no Brasil. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BARBOSA, F. H.; BARBOSA, A. L. N. H.; CAVALCANTI, C. E. G.; SILVA, C. R. L.; MOTTA, J. R.; ROARELLI, M. L. M. Federalismo fiscal, eficiência e equidade: Uma proposta de reforma tributária.

BARROSO, L. R. A derrota da federação: o colapso financeiro dos Estados e Municípios. Dir. Proc. Geral, Rio de Janeiro, 2000.

BRASIL, **Lei Complementar n.º 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 8 de fev. 2017.

BRASIL, **Lei n.º 4.320**, de 17 de Março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm> Acesso em 10 de fev. 2017
PRODANOV, C. C.; ERNANI, C. F. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Nova Hamburgo, 2013.

BRASIL. **Lei n.º 11.494 de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm>. Acesso em: 10 de fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 6 edição, 2014. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773> Acesso em: 10 de fev. 2017

BRASIL. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas Públicas- Manual de Procedimentos**, 2014. Disponível em: <<http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/ManualReceita.pdf>> Acesso em 8 de fev. 2017.

BRIÃO, S. F. Federalismo Fiscal e as disparidades regionais no Brasil. Niterói, 2006.

CARVALHO, P. F. C. Federalismo fiscal brasileiro. Porto Alegre, 2011.

DINIZ, J.A. **Eficiência das Transferências intergovernamentais para a educação fundamental nos municípios brasileiros**. São Paulo, 2012.

FINBRA – Finanças do Brasil – Contas anuais. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf>. Acesso em 28 fev. 2017.

FIORENTINO, Luiz Carlos Froés Del. As transferências intergovernamentais no federalismo fiscal brasileiro. São Paulo, 2010.

FRANCISCO, W. de C. Aspectos econômicos da Paraíba. Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-economicos-paraiba.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

GIROLDO, C. N.; KEMPFER, M. Autonomia municipal e o federalismo fiscal brasileiro. Revista de Direito Público, Londrina, v. 7, n. 3, p. 3-20, set./dez. 2012.

INMAN, R. P.; RUBINFELD, D. L. Rethinking Federalism. Journal of Economic Perspectives, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250750>>. Acesso em 20 abr. 2017.

MOISES FILHO, J. G. Transferências intergovernamentais e esforço tributário: o caso dos municípios de Goiás, 2000-2009. Brasília, 2012.

MORATTA, N. G. **A participação das transferências intergovernamentais no crescimento econômico dos municípios: um estudo no Estado de Santa Catarina**. Curitiba, 2015.

NUNES, C. S. Federalismo Fiscal - Transferência financeira entre entes federados é necessária. **Consultor Jurídico**, 14 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-ago-14/cleucio-nunes-transferencia-financeira-estados-necessaria>> Acesso em: 10 mar. 2017.

OLIVEIRA, J. C. N. Receita pública e transferências intergovernamentais: um estudo sobre relação de dependência e volume de transferências ao município de Goiânia no período de 2009 a 2013. Goiânia, 2015.

PAMPLONA, Karla Marques. Federalismo fiscal, transferências intergovernamentais constitucionais e desenvolvimento regional.. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 14, n. 2328, 15 nov. 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13860>>. Acesso em: 9 de mar. 2017

RIOS, M. E.; DA COSTA, J. S. O efeito flypaper nas transferências para os municípios portugueses. Revista Portuguesa de Estudos Regionais. Nº 8, 2005.

STN. Secretaria do Tesouro Nacional [2012]. **O que você precisa saber sobre as Transferências Constitucionais e Legais: Fundo de Participação dos Municípios.** STN, 2012. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/CartilhaFPM.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

SANTOS, K. G. B.; SANTOS, C. E. R. **Dependência municipal das transferências do Fundo de Participação dos Municípios: uma análise para os municípios do Sul da Bahia entre 2008 e 2012.** Ilhéus, 2014.

SILVA, J. F. Atividades econômicas da Paraíba: agricultura, pecuária, indústria, comércio e recursos minerais. Disponível em: <<http://historiadaparaiba.blogspot.com.br/2010/01/atividades-economicas-da-paraiba.html>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

SILVA, M. S. Teoria do federalismo fiscal: notas sobre as contribuições de Oates, Musgrave, Shah e Ter-Minassian. Belo. Nova Economia, Belo Horizonte, 2005.

SOARES, C. S.; FLORES, S. A. M.; CORONEL, D. A. O Comportamento da Receita Pública Municipal: Um Estudo de Caso no Município de Santa Maria (RS). Desenvolvimento em Questão, v. 12, n. 25, 2014.

TRISTÃO, J. A. M. A Administração Tributária dos Municípios Brasileiros: uma avaliação do desempenho da arrecadação. São Paulo: EAESP/FGV, 2003.

VELOSO, J. F. A. As transferências intergovernamentais e o esforço tributário municipal: uma análise do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Brasília, 2008.

APÊNDICE

Apêndice A: Quadro Comparativo, índices: população, receita per capita, nível de dependência das transferências e volume das transferências.

| Municípios | População | Receita Per Capita | NDT | Volume de transferências |
|---------------------------|-----------|--------------------|------------|--------------------------|
| São José do Brejo do Cruz | 1.780 | R\$ 6.208,48 | 0,98206867 | 7087,61923 |
| Parari | 1.795 | R\$ 6.706,26 | 0,9725497 | 6522,169582 |
| Coxixola | 1.892 | R\$ 5.828,26 | 0,9757559 | 5686,956638 |
| Quixabá | 1.901 | R\$ 6.615,62 | 0,97773515 | 6468,322162 |
| Riacho de Santo Antônio | 1.923 | R\$ 6.750,38 | 0,97384025 | 6573,787889 |
| Zabelê | 2.208 | R\$ 5.657,89 | 0,98264835 | 5559,713918 |
| Amparo | 2.212 | R\$ 5.898,35 | 0,98208785 | 5792,701166 |
| Passagem | 2.383 | R\$ 5.566,62 | 0,98404974 | 5477,82927 |
| Algodão de Jandaíra | 2.475 | R\$ 6.317,30 | 0,89540501 | 5656,544331 |
| Curral Velho | 2.523 | R\$ 5.131,98 | 0,98660835 | 5063,250622 |
| Santo André | 2.541 | R\$ 4.883,25 | 0,9766154 | 4769,052554 |
| São Domingos do Cariri | 2.563 | R\$ 4.929,70 | 0,87293075 | 4303,287542 |
| Carrapateira | 2.601 | R\$ 4.851,91 | 0,98520739 | 4780,13787 |
| Joca Claudino | 2.680 | R\$ 5.332,17 | 0,97591912 | 5203,767164 |
| Várzea | 2.747 | R\$ 4.748,11 | 0,96947865 | 4603,196079 |
| Lastro | 2.765 | R\$ 5.077,82 | 0,97849778 | 4968,633212 |
| Mato Grosso | 2.869 | R\$ 4.282,74 | 0,97542743 | 4177,499638 |
| Frei Martinho | 2.986 | R\$ 4.531,28 | 0,91639857 | 4152,456547 |
| Ouro Velho | 3.023 | R\$ 4.509,20 | 0,97234876 | 4384,519706 |
| Serra Grande | 3.078 | R\$ 4.515,69 | 0,98031928 | 4426,819097 |
| Cajazeirinhas | 3.165 | R\$ 4.124,81 | 0,98349433 | 4056,730629 |
| Bernardino Batista | 3356 | R\$ 5.079,04 | 0,96182225 | 4885,132238 |
| São Francisco | 3.375 | R\$ 4.197,63 | 0,9719927 | 4080,069034 |
| Gurjão | 3.376 | R\$ 4.074,97 | 0,97068041 | 3955,495201 |
| Sossêgo | 3.475 | R\$ 3.886,06 | 0,97497269 | 3788,807168 |
| Emas | 3.485 | R\$ 3.885,45 | 0,9502265 | 8151,408984 |
| São José do Bonfim | 3.492 | R\$ 3.988,82 | 0,92891048 | 3705,256927 |
| Riachão | 3.531 | R\$ 4.216,67 | 0,93833544 | 3956,64866 |
| Santa Inês | 3.594 | R\$ 4.018,54 | 0,89292357 | 3588,251959 |
| Duas estradas | 3.618 | R\$ 4.091,75 | 0,98095045 | 4013,805478 |
| Cacimba de Areia | 3.713 | R\$ 3.585,92 | 0,98455174 | 3530,525785 |
| São José dos Cordeiros | 3.729 | R\$ 3.415,44 | 0,96309397 | 3289,391529 |
| Vista Serrana | 3.744 | R\$ 3.599,42 | 0,94976763 | 3418,614004 |
| Poço Dantas | 3.778 | R\$ 4.781,06 | 0,88630302 | 4237,470111 |
| Pedra Branca | 3.796 | R\$ 3.818,58 | 0,93390833 | 3566,206417 |
| Assunção | 3.830 | R\$ 3.848,01 | 0,9833299 | 3783,863003 |
| Salgadinho | 3.871 | R\$ 3.596,55 | 0,97472751 | 3505,660798 |
| Olivedos | 3.880 | R\$ 3.670,24 | 0,96629469 | 3546,537345 |

| | | | | |
|------------------------|-------|--------------|------------|-------------|
| São José de Princesa | 3.955 | R\$ 3.158,34 | 0,97635914 | 3083,669603 |
| Mãe d'Água | 4.026 | R\$ 3.515,75 | 0,9738592 | 3423,848515 |
| Prata | 4.109 | R\$ 3.367,05 | 0,97206424 | 3272,989732 |
| Caraúbas | 4.115 | R\$ 3.035,87 | 0,98264835 | 2983,19522 |
| São José do Sabugi | 4.124 | R\$ 3.738,92 | 0,92903717 | 3473,598123 |
| Poço de José de Moura | 4.245 | R\$ 4.659,54 | 0,84915885 | 3956,688653 |
| Logradouro | 4.254 | R\$ 3.554,61 | 0,9627968 | 3422,371234 |
| São João do Cariri | 4.323 | R\$ 3.409,73 | 0,95753303 | 3264,92464 |
| Riachão do Poço | 4.442 | R\$ 3.052,13 | 0,97626572 | 2979,686078 |
| São Bentinho | 4.451 | R\$ 3.143,28 | 0,98221577 | 3087,38401 |
| Matinhas | 4.497 | R\$ 3.273,31 | 0,98597613 | 3227,407318 |
| Santa Teresinha | 4.592 | R\$ 3.225,27 | 0,95695187 | 3086,427091 |
| São José de Espinharas | 4.684 | R\$ 3.427,14 | 0,85138569 | 2917,819927 |
| Baraúna | 4.758 | R\$ 3.162,72 | 0,97935542 | 2555,889407 |
| Monte Horebe | 4.759 | R\$ 3.305,97 | 0,97273143 | 3215,817907 |
| Caturité | 4.779 | R\$ 3.200,24 | 0,9693208 | 3102,061862 |
| Congo | 4.780 | R\$ 3.197,71 | 0,96900157 | 3098,582797 |
| Nova Palmeira | 4.784 | R\$ 2.665,11 | 0,93905079 | 2502,671196 |
| Sertãozinho | 4.892 | R\$ 3.728,77 | 0,85231503 | 3178,083892 |
| Catingueira | 4.920 | R\$ 3.171,42 | 1 | 3171,416407 |
| Bom Sucesso | 5.007 | R\$ 2.733,11 | 0,98247822 | 2685,216263 |
| Pilõesinhos | 5.118 | R\$ 3.185,73 | 0,88625041 | 2823,354267 |
| Santana de Mangueira | 5.223 | R\$ 2.941,31 | 1 | 2941,309661 |
| Damião | 5.246 | R\$ 3.037,43 | 0,97654552 | 2966,190038 |
| Vieirópolis | 5.295 | R\$ 2.675,12 | 0,97525923 | 2608,935664 |
| Borborema | 5.366 | R\$ 2.825,05 | 0,98072898 | 2770,612872 |
| Cabaceiras | 5.440 | R\$ 2.931,05 | 0,96562732 | 2830,304428 |
| Alcantil | 5.451 | R\$ 2.963,11 | 0,97083721 | 2876,699653 |
| Boa Ventura | 5.473 | R\$ 2.773,71 | 0,96674151 | 2681,460079 |
| Montadas | 5.528 | R\$ 3.117,61 | 0,95850288 | 2988,241105 |
| Aguiar | 5.573 | R\$ 2.936,00 | 0,93610048 | 2748,391276 |
| Malta | 5.672 | R\$ 2.781,05 | 0,95813558 | 2664,622281 |
| São José dos Ramos | 5.870 | R\$ 3.053,64 | 0,91208391 | 2785,177048 |
| Barra de São Miguel | 5.905 | R\$ 2.880,40 | 0,96885496 | 2790,69413 |
| Santa Helena | 5.917 | R\$ 3.003,06 | 0,93488218 | 2807,505917 |
| Caldas Brandão | 5.945 | R\$ 3.295,10 | 0,92793112 | 3057,626483 |
| Camalaú | 5.971 | R\$ 3.063,80 | 0,88398606 | 2708,353041 |
| Ibiara | 5.974 | R\$ 2.616,66 | 0,95900572 | 2509,390186 |
| Nova Olinda | 5.999 | R\$ 2.738,69 | 0,9654256 | 2644,001529 |
| Pedro Régis | 6.034 | R\$ 2.695,94 | 0,96915396 | 2612,785522 |
| Serraria | 6.153 | R\$ 2.422,64 | 0,97134574 | 2353,222992 |
| Igaracy | 6.191 | R\$ 2.573,49 | 1 | 2573,4867 |
| São José de Caiana | 6.231 | R\$ 2.559,39 | 0,96913531 | 2480,399252 |
| Capim | 6.326 | R\$ 2.867,00 | 0,96950148 | 2779,565155 |
| Cuité de Mamanguape | 6.340 | R\$ 2.892,73 | 0,98247275 | 2842,027932 |
| Brejo dos Santos | 6.413 | R\$ 2.445,04 | 0,97795507 | 2391,136898 |

| | | | | |
|--------------------------------|--------|--------------|------------|-------------|
| Maturéia | 6.441 | R\$ 2.809,21 | 0,95723208 | 2689,068205 |
| Marizópolis | 6.522 | R\$ 2.899,49 | 0,98270418 | 2849,337775 |
| Santa Cruz | 6.579 | R\$ 2.682,74 | 0,86560115 | 2322,17905 |
| Santa Cecília | 6.583 | R\$ 2.787,67 | 0,96159686 | 2680,614111 |
| Diamante | 6.591 | R\$ 2.604,88 | 0,92825041 | 2417,977638 |
| Pilões | 6.728 | R\$ 2.665,13 | 0,97077836 | 2587,246561 |
| Condado | 6.733 | R\$ 2.538,34 | 0,97110093 | 2464,983492 |
| Cuitegi | 6.841 | R\$ 2.673,35 | 0,93967107 | 2512,073089 |
| Boa Vista | 6.884 | R\$ 3.349,47 | 0,84907741 | 2843,960853 |
| Areial | 6.900 | R\$ 2.712,43 | 0,91118361 | 2471,518636 |
| Junco do Seridó | 7.054 | R\$ 2.334,60 | 0,96628887 | 2255,896583 |
| São Miguel de Taipu | 7.079 | R\$ 2.709,64 | 0,97584288 | 2644,186891 |
| Cacimbas | 7.112 | R\$ 3.051,94 | 0,87265246 | 2663,28015 |
| Santana dos Garrotes | 7.113 | R\$ 2.277,36 | 0,96706833 | 2202,360471 |
| Cubati | 7.193 | R\$ 2.656,83 | 0,96873939 | 2573,776305 |
| Caiçara | 7.293 | R\$ 2.340,97 | 0,98668363 | 2309,798519 |
| Nazarezinho | 7.318 | R\$ 2.297,94 | 0,97028156 | 2229,652512 |
| Belém do Brejo do Cruz | 7.320 | R\$ 2.852,76 | 0,92334198 | 2634,069694 |
| Livramento | 7.355 | R\$ 2.453,01 | 0,97269066 | 2386,020961 |
| Casserengue | 7.394 | R\$ 2.410,94 | 0,97519042 | 2351,122361 |
| Lagoa de Dentro | 7.619 | R\$ 2.890,26 | 0,97746557 | 2825,131377 |
| São José da Lagoa Tapada | 7.677 | R\$ 2.477,13 | 0,86847002 | 2151,308895 |
| Jericó | 7.717 | R\$ 2.121,72 | 0,97320016 | 2064,858271 |
| São Mamede | 7.756 | R\$ 2.669,59 | 0,94288352 | 2517,111088 |
| Pedra Lavrada | 7.982 | R\$ 3.200,99 | 0,75653678 | 2421,670264 |
| Mataraca | 8.219 | R\$ 3.721,62 | 0,93805448 | 3491,082671 |
| Barra de Santana | 8.249 | R\$ 2.390,61 | 0,9699526 | 2318,773569 |
| Desterro | 8.253 | R\$ 2.060,63 | 0,94638643 | 1950,1553 |
| Aparecida | 8.263 | R\$ 2.099,44 | 0,96006597 | 2015,597954 |
| Marcação | 8.361 | R\$ 2.301,25 | 0,96372743 | 2217,782531 |
| Gado Bravo | 8.450 | R\$ 2.488,94 | 0,9606516 | 2391,002905 |
| Riacho dos Cavalos | 8.563 | R\$ 2.307,41 | 0,95763661 | 2209,655951 |
| Umbuzeiro | 9.889 | R\$ 2.106,00 | 0,97543011 | 2054,25208 |
| Juru | 9.892 | R\$ 2.434,80 | 0,96879188 | 2358,817805 |
| Água Branca | 10.083 | R\$ 2.546,74 | 0,84612091 | 2154,852776 |
| Natuba | 10.450 | R\$ 1.285,88 | 0,96125269 | 1236,055435 |
| Dona Inês | 10.456 | R\$ 2.585,81 | 0,91687222 | 2370,85356 |
| Pirpirituba | 10.555 | R\$ 2.208,44 | 0,84648321 | 1869,409826 |
| Nova Floresta | 10.650 | R\$ 1.951,94 | 0,97328878 | 1899,798545 |
| Juripiranga | 10.669 | R\$ 2.181,52 | 0,97809129 | 2133,726783 |
| Tacima | 10.822 | R\$ 2.028,84 | 0,97298584 | 1974,030339 |
| Seridó | 10.900 | R\$ 2.094,05 | 0,96617752 | 2023,227064 |
| Manaíra | 11.066 | R\$ 2.063,97 | 0,96419326 | 1990,062592 |
| Fagundes | 11.378 | R\$ 2.154,17 | 0,98092262 | 2113,075358 |
| São Sebastião de Lagoa de Roça | 11.677 | R\$ 2.238,85 | 0,92338142 | 2067,308657 |

| | | | | |
|--------------------------|--------|--------------|------------|-------------|
| Bonito de Santa Fé | 11.684 | R\$ 2.019,99 | 0,92599828 | 1870,506764 |
| Imaculada | 11.749 | R\$ 1.988,48 | 0,96379804 | 1916,491919 |
| Pilar | 11.786 | R\$ 2.246,01 | 0,94753897 | 2128,186391 |
| Salgado de São Félix | 12.144 | R\$ 2.241,44 | 0,96106085 | 2154,160306 |
| Lucena | 12.804 | R\$ 2.658,77 | 0,88482176 | 2352,535186 |
| Mogeirol | 13.317 | R\$ 2.292,16 | 0,89619525 | 2054,224319 |
| Arara | 13.355 | R\$ 2.010,91 | 0,87667207 | 1762,910339 |
| Puxinanã | 13.557 | R\$ 1.582,59 | 0,94948679 | 1502,644823 |
| Massaranduba | 13.654 | R\$ 2.376,67 | 0,89553605 | 2128,389191 |
| Brejo do Cruz | 13.900 | R\$ 2.376,44 | 0,8398038 | 1995,740296 |
| Alagoinha | 14.284 | R\$ 2.323,56 | 0,88323472 | 2052,252695 |
| Jacaraú | 14.316 | R\$ 2.490,61 | 0,88765145 | 2210,790765 |
| Tavares | 14.568 | R\$ 2.196,44 | 0,96448332 | 2118,427994 |
| Soledade | 14.714 | R\$ 2.132,10 | 0,95413985 | 2034,32568 |
| Teixeira | 14.974 | R\$ 2.090,44 | 0,95124143 | 1988,517676 |
| Uiraúna | 15.228 | R\$ 2.222,43 | 0,8583356 | 1907,590083 |
| Santa Luzia | 15.278 | R\$ 2.196,82 | 0,88153263 | 1936,568373 |
| Taperoá | 15.376 | R\$ 1.932,10 | 0,86557746 | 1672,378639 |
| Coremas | 15.409 | R\$ 1.940,14 | 0,9502265 | 1843,575852 |
| Piancó | 15.985 | R\$ 2.787,01 | 0,94872555 | 2644,105007 |
| Sumé | 16.784 | R\$ 2.496,03 | 0,95871205 | 2392,97448 |
| Araçagi | 17.122 | R\$ 2.041,07 | 0,96881162 | 1977,407765 |
| Cruz do Espírito Santo | 17.212 | R\$ 2.069,69 | 0,97727786 | 2022,664635 |
| Belém | 17.594 | R\$ 1.319,41 | 0,96336694 | 1271,077525 |
| Boqueirão | 17.670 | R\$ 2.179,71 | 0,95945147 | 2091,326628 |
| Juazeirinho | 17.902 | R\$ 1.820,48 | 0,98383503 | 1791,050402 |
| São João do Rio do Peixe | 17.929 | R\$ 2.180,29 | 0,95265405 | 2077,065584 |
| Ingá | 18.042 | R\$ 2.184,75 | 0,96735868 | 2113,440333 |
| Pocinhos | 18.272 | R\$ 2.224,74 | 0,95708519 | 2129,266282 |
| Itapororoca | 18.332 | R\$ 1.911,55 | 0,9598 | 1834,706808 |
| Picuí | 18.670 | R\$ 2.648,41 | 0,81303817 | 2153,254845 |
| Pitimbu | 18.685 | R\$ 2.056,68 | 0,92088246 | 1893,957451 |
| Conceição | 18.860 | R\$ 2.139,06 | 0,95731904 | 2047,759998 |
| Remígio | 19.149 | R\$ 1.890,56 | 0,96170513 | 1818,156915 |
| Aroeiras | 19.204 | R\$ 2.058,04 | 0,97653669 | 2009,755886 |
| São José de Piranhas | 19.956 | R\$ 1.929,17 | 0,89989386 | 1736,044651 |
| Araruna | 20.051 | R\$ 1.997,22 | 0,95553516 | 1908,414967 |
| Cuité | 20.325 | R\$ 2.051,00 | 0,98247275 | 886,516954 |
| Alagoa Nova | 20.500 | R\$ 2.122,80 | 0,85585577 | 1816,808253 |
| Bananeiras | 21.235 | R\$ 2.045,41 | 0,9229922 | 1887,900107 |
| Caaporã | 21.555 | R\$ 3.145,10 | 0,87144842 | 2740,79641 |
| Mari | 21.755 | R\$ 1.965,69 | 0,98270418 | 854,2119499 |
| Princesa Isabel | 22.995 | R\$ 1.840,38 | 0,91027345 | 1675,252988 |
| Conde | 23.975 | R\$ 3.123,33 | 0,83790631 | 2617,053786 |
| Rio Tinto | 24.023 | R\$ 2.070,83 | 0,94820415 | 1963,570057 |
| Itaporanga | 24.499 | R\$ 1.672,07 | 0,92676106 | 1549,612483 |

| | | | | |
|-----------------|---------|--------------|------------|-------------|
| Itabaiana | 24.565 | R\$ 1.625,72 | 0,95263422 | 1548,713252 |
| Solânea | 26.734 | R\$ 1.681,95 | 0,95642096 | 1608,656479 |
| Lagoa Seca | 27.247 | R\$ 1.888,24 | 0,90475704 | 1708,39961 |
| Pedras de Fogo | 28.286 | R\$ 2.649,35 | 0,88617661 | 2347,787862 |
| Alagoa Grande | 28.646 | R\$ 1.504,02 | 0,95393381 | 1434,736149 |
| Catolé do Rocha | 30.179 | R\$ 1.675,93 | 0,92179896 | 1544,874135 |
| Pombal | 32.712 | R\$ 2.063,68 | 0,90436955 | 1866,332832 |
| Monteiro | 32.774 | R\$ 2.214,06 | 0,80548469 | 1783,387605 |
| Esperança | 32.785 | R\$ 2.054,80 | 0,89792331 | 1845,054398 |
| São Bento | 33.464 | R\$ 1.893,60 | 0,95752533 | 1813,174558 |
| Queimadas | 43.667 | R\$ 1.856,85 | 0,9433055 | 1751,574262 |
| Mamanguape | 44.369 | R\$ 1.710,84 | 0,93844353 | 1605,528855 |
| Sapé | 52.218 | R\$ 1.751,72 | 0,84856023 | 1486,435699 |
| Guarabira | 58.162 | R\$ 1.847,31 | 0,78386828 | 1448,045886 |
| Cajazeiras | 61.431 | R\$ 1.800,92 | 0,8204531 | 1477,56726 |
| Cabedelo | 65.634 | R\$ 3.870,88 | 0,68770116 | 2662,006338 |
| Sousa | 68.822 | R\$ 1.660,77 | 0,89633192 | 1488,599538 |
| Bayeux | 96.140 | R\$ 1.569,07 | 0,89016026 | 1396,721679 |
| Santa Rita | 134.940 | R\$ 1.643,01 | 0,86619449 | 1423,169908 |
| Campina Grande | 405.072 | R\$ 2.179,62 | 0,69437557 | 1513,478004 |
| João Pessoa | 791.438 | R\$ 2.518,81 | 0,69993324 | 1763,002041 |



FORMULÁRIO X

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: Análise da dependência das transferências intergovernamentais dos municípios paraibanos

estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

João Pessoa, 29 de maio de 2017.

Autor(a): Lucyane Dantas Carneiro da Silva

R. Dantas
Assinatura



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Finanças e Contabilidade
Curso de Ciências Contábeis
Comissão de TCC



FORMULÁRIO VIII

AUTORIZAÇÃO DO AUTOR PARA A PUBLICAÇÃO DO TRABALHO

Autorizo a Comissão de TCC do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB a publicar o Trabalho de Conclusão de Curso de minha autoria, intitulado:

Análise da dependência das transferências intergovernamentais dos municípios paraibanos

na página e/ou revista institucional após as modificações que se fizerem necessárias para tal fim.

Reservo que esta autorização não se estende à divulgação de dados considerados confidenciais pela (s) empresa (s) ou instituição(ões) em que a coleta de dados foi realizada.

João Pessoa, 29 de maio de 2017

Denner
Assinatura do aluno

Nome: *Leopoldo Dantas Carneiro da Silva*

Endereço: *R. Rosa Lima das Santas 951, Edif. Luísa do
Campo, Jardim Cidade Universitária*

Telefone(s): *98884-7836 / 99640-9253*

E-mail: *carneiro.leopoldo@gmail.com*